

2017

RELATÓRIO DE GESTÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

[Handwritten signatures and scribbles in blue ink]



APROVAÇÕES

CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2018-04-18

2018-04-18

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]





ÍNDICE

1 - CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL - ANO DE 2017	
1.1 – Enquadramento	Pág.02
1.2 - Análise sumária	Pág.02
1.3 - Estrutura organizativa	Pág.04
1.4 - Recursos Humanos	Pág.05
1.5 - Análise Orçamental da Despesa e da Receita	Pág.05
1.5.1 – Análise Orçamental da Despesa	Pág.07
1.5.2 – Análise Orçamental da Receita	Pág.12
1.6 - Evolução da Execução Orçamental	Pág.16
1.7 - Análise da execução anual das Grandes Opções do Plano	Pág.18
2 - Análise da situação Económica e Financeira	
2.1 - Indicadores gerais de atividade	Pág.25
2.2 - Custos	Pág.27
2.3 - Proveitos	Pág.29
2.4 - Resultados	Pág.30
2.5 - Análise Financeira	Pág.30
2.6 - Endividamento	Pág.31
2.6.1 - Capacidade Legal de Endividamento	Pág.32
2.6.2 - Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	Pág.32
2.6.3 - Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	Pág.33
2.6.4 - Dívidas de Terceiros	Pág.34
3 – Aferição do cumprimento da regra do equilíbrio	Pág.35
4. Apuramento do limite da dívida total	Pág. 36
5 - Proposta de aplicação do resultado líquido do exercício	Pág.37

Anexos: – Balanço Social; Balanço Demonstração de Resultados e Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados



semelhança dos anos anteriores um volume muito significativo de investimentos, perfazendo um total de investimento de 17.909.793, 63€, o que representa 47% do total das despesas executadas do orçamento, sinónimo de um intenso investimento no Concelho.

Como resultado, esta robustez do Município de Castelo Branco permite continuar a ser um elemento decisivo no desenvolvimento do Concelho, mantendo uma presença forte não só nos investimentos que realiza como também no apoio à realização de uma significativa variedade de atividades desenvolvidas pelas entidades e coletividades do Concelho.

Num trabalho de proximidade, colaborativo e dinâmico (seguindo a melhor tradição dos anos precedentes), a gestão do Município foi impulsionada, positivamente, pela articulação com os diferentes agentes e atores locais – **Municípios, Autarcas, Dirigentes e Funcionários Municipais, organizações partidárias, sindicais e socioprofissionais, coletividades, empresas e demais entidades, públicas e privadas** – prestaram à Autarquia. Aquele bom relacionamento é credor do reconhecido agradecimento do Executivo Municipal.

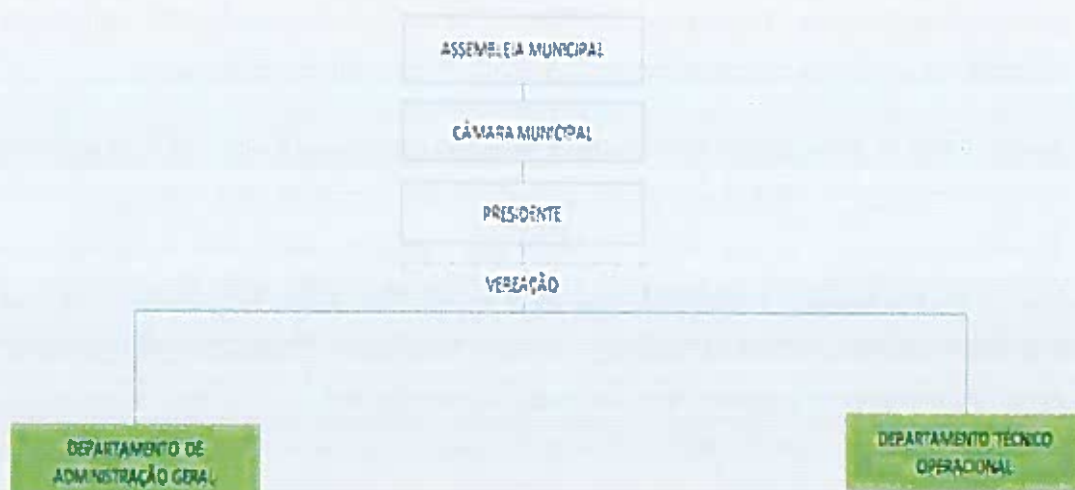
[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AL', 'CS', and 'CS']



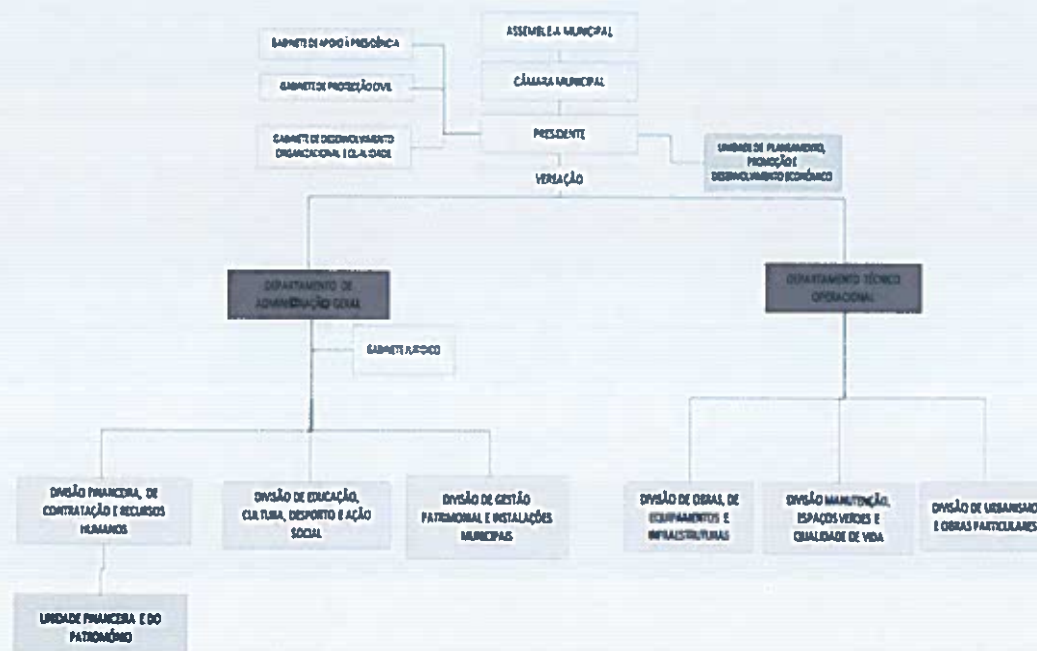
1.3 - ESTRUTURA ORGANIZATIVA

O organograma de funcionamento do Município, em 31/12/2017, era o seguinte:

ESTRUTURA NUCLEAR



ESTRUTURA FLEXÍVEL





1.4 – RECURSOS HUMANOS

O Balanço Social referente a 31/12/2017, consta como anexo do presente relatório e integra a informação e a análise dos recursos humanos do Município.

Apresenta-se, no entanto, um conjunto de indicadores:

RÁCIOS DE PESSOAL	2013	2014	2015	2016	2017
Trabalhadores do Município	-18,16%	-2,55%	-0,79%	-0,79%	3,46%
Trabalhadores do Município (Ano Anterior)					
Despesas com o Pessoal	119,53	125,63	120,07	120,65	122,98
População Concelho de Castelo Branco					
População Concelho de Castelo Branco	143,14	146,88	148,04	149,23	144,24
Trabalhadores do Município					

POPULAÇÃO CONCELHO CASTELO BRANCO: 2010 E 2011 - CENSOS DE 2011 / 2012, 2013 E 2014 - CENSOS DE 2011

Quadro 1 – Rácios de Pessoal

Face aos rácios apresentados, verifica-se um ligeiro aumento do nº de trabalhadores face ao ano anterior, contrariando a tendência do decréscimo dos últimos anos. Ainda assim, este percurso implica uma estrutura de custos com o pessoal muito abaixo da média nacional.

1.5 – ANÁLISE ORÇAMENTAL DA DESPESA E DA RECEITA

Numa análise global do orçamento, constata-se: do lado da Despesa um pequeno aumento da Despesa Corrente e a continuidade do esforço de investimento em Despesas de Capital, que totalizaram 17.909.793,63 €; do lado da Receita verificou-se uma diminuição de 1.107.266,88 € nas Receitas Correntes e uma diminuição de 3.599.547,49 €, das Receitas de Capital, contudo apesar da diminuição de receita verificada, o Município conseguiu manter a estratégia de grande investimento no Concelho.

Assim, a gestão do ano 2017 permitiu libertar 11.874.022,62 € da gestão corrente para consignar ao investimento.

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]



- A receita do exercício, que totalizou 39.391.713,60 €, repartiu-se por:

RECEITAS CORRENTES	32.134.553,21 €
RECEITAS DE CAPITAL	4.332.487,03 €
RECEITAS NÃO ABATIDAS	164.673,36 €
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	2.760.000,00 €

- A despesa total foi de 38.170.324,22 €, correspondendo ao somatório dos seguintes valores:

DESPESAS CORRENTES	20.260.530,59 €
DESPESAS DE CAPITAL	17.909.793,63 €

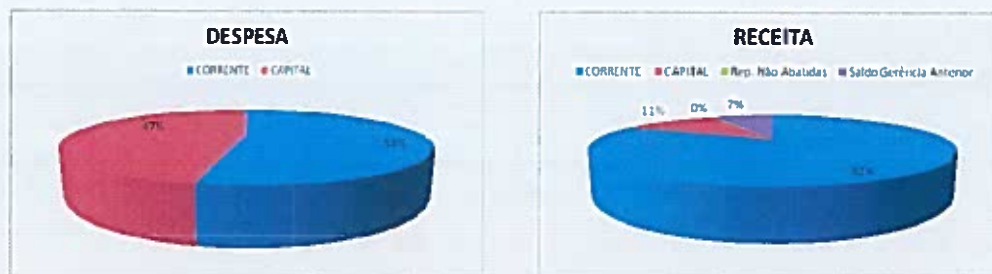


Gráfico 1 – Receita e Despesa (%)

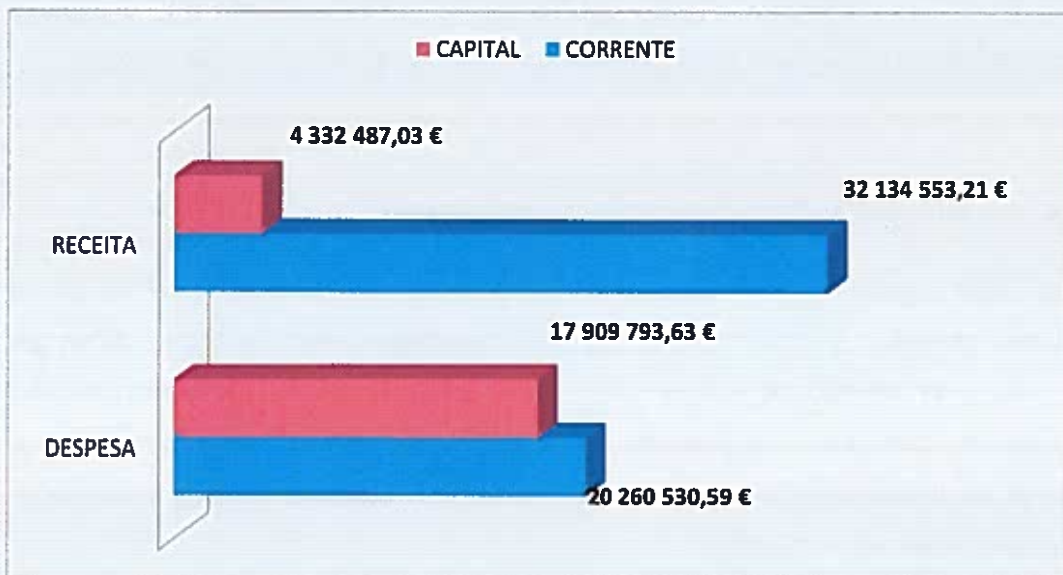


Gráfico 2 – Receita e Despesa (€)



1.5.1 – ANÁLISE ORÇAMENTAL DA DESPESA

O valor orçamental da despesa do exercício de 2017 fixou-se em **38.170.324,22 €**. Os valores dos últimos cinco anos, constam do quadro e do gráfico seguinte:

ORÇAMENTO - DESPESA TOTAL	
2013	54.206.857,00 €
2014	34.618.467,00 €
2015	32.475.365,00 €
2016	40.330.659,57 €
2017	38.170.324,22 €

Quadro 2 – Despesa (€)



Gráfico 3 – Evolução Despesa Total (€)

No ano de 2017, a gestão da Autarquia decorreu em consonância com as boas práticas dos anos precedentes, superiormente orientadas pelo rigor, pelo controlo da despesa de funcionamento, pela maximização do investimento e pela diminuição do endividamento.

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]



Podemos afirmar que o orçamento global da Despesa teve uma pequena redução, tendo, contudo, o Município conseguido manter um elevado nível de investimento, mantendo-se com pouca alteração o valor afeto às despesas correntes, como veremos mais à frente.

Em 2017, a estruturação da despesa corrente e de capital foi enquadrada nas diferentes rubricas e da seguinte forma:

RUBRICAS DA DESPESA	VALOR (€)	%
01 Despesas com o pessoal	6.900.065,34	18,08%
02 Aquisição de bens e serviços	9.402.828,41	24,63%
03 Juros e outros encargos	54.999,68	0,14%
04 Transferências correntes	3.100.649,29	8,12%
05 Subsídios	430.082,69	1,13%
06 Outras despesas correntes	371.905,18	0,97%
07 Aquisição de bens de capital	14.698.333,84	38,51%
08 Transferências de capital	1.953.498,81	5,12%
09 Ativos financeiros	274.732,00	0,72%
10 Passivos financeiros	983.228,98	2,58%

Quadro 3 – Despesa por Rubrica

Destaca-se o substancial peso (38,51%) que as Aquisições de Bens de Capital (Investimento diretamente desenvolvido pela Autarquia – Plano de Investimentos) assume no total do Orçamento da Despesa. Em contrapartida, realça-se o valor que as Despesas com o Pessoal representam no total (18,08%).



Estes valores permitem garantir uma execução orçamental de 80,27%, tratando-se de uma das melhores execuções globais da Despesa de sempre do Município de Castelo Branco, evidenciado uma enorme capacidade de planeamento e de concretização:

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA					
	2013	2014	2015	2016	2017
Despesa Corrente	86,99%	79,51%	84,98%	91,40%	98,47%
Despesa Capital	61,02%	42,48%	56,31%	75,37%	66,40%
Total da Despesa	68,71%	56,17%	69,52%	82,09%	80,27%

Quadro 4 – Execução Orçamental - Despesa

Do total da despesa, 53,08% diz respeito a despesa corrente, que é submetida a um rigoroso escrutínio, em obediência a princípios de gestão rigorosos fundamentais. A evolução das despesas correntes, no último quinquénio, demonstra a consistência da gestão adotada:

ORÇAMENTO - DESPESA CORRENTE	
2013	20.317.964,00 €
2014	18.116.198,00 €
2015	18.286.843,00 €
2016	18.821.318,45 €
2017	20.260.530,59 €

Quadro 5 – Despesa Corrente (€)

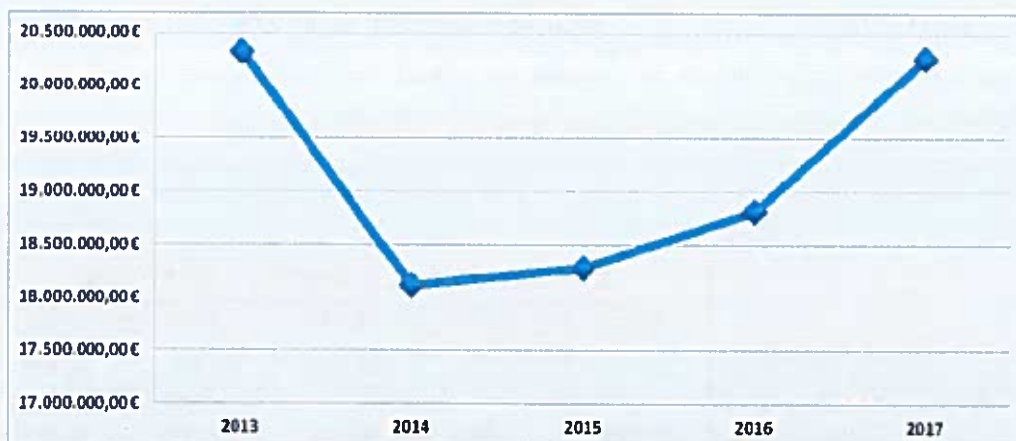


Gráfico 4 – Evolução Despesa Corrente (€)

As despesas com pessoal, a rubrica mais estrutural dos gastos correntes, manteve-se ao nível do ano de 2013, uma vez que não se poderá comparar com a do ano de 2014, ano em que foi paga a opção gestonária.

ORÇAMENTO - DESPESA COM PESSOAL	
2013	6.706.854,00 €
2014	7.049.080,00 €
2015	6.737.250,00 €
2016	6.769.796,97 €
2017	6.900.065,34 €

Quadro 6 – Despesas com Pessoal (€)



Gráfico 5 – Evolução Despesas com Pessoal (€)



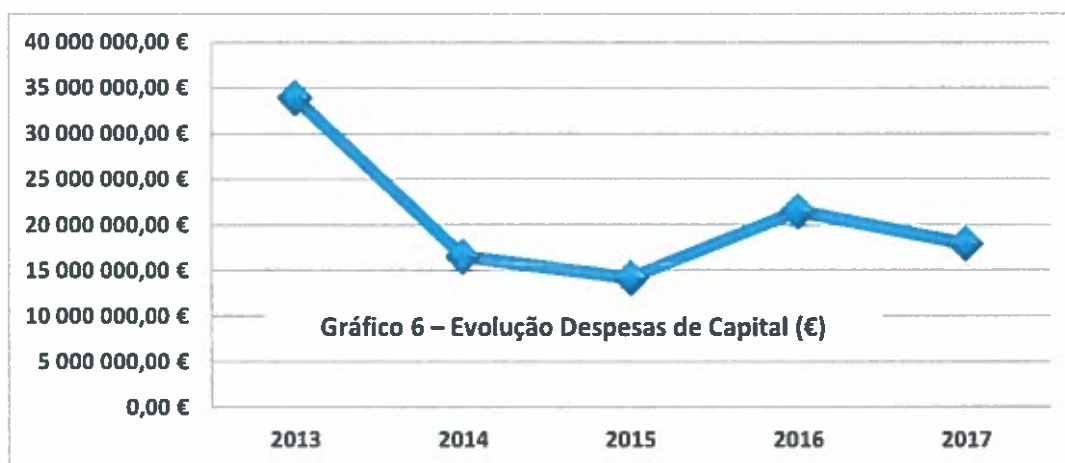
No ano de 2017, as Despesas de Capital atingiram 17.909.793,63 € tendo correspondido a cerca de 46,92% da despesa total.

O registo dos valores do investimento realizados pela Autarquia está evidenciado no quadro seguinte:

ORÇAMENTO - DESPESA DE CAPITAL	
2013	33.888.893,09 €
2014	16.502.268,38 €
2015	14.188.522,02 €
2016	21.509.341,12 €
2017	17.909.793,63 €

Quadro 7 – Despesas de Capital (€)

Este alto nível de investimento continua a situar-se num patamar claramente diferenciado com a restante realidade nacional.



O gráfico demonstra a forte aposta que o Município tem feito em manter um grande nível de investimento.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the letters 'HL' and a signature that appears to be 'C2'.



1.5.2 – ANÁLISE ORÇAMENTAL DA RECEITA

O valor orçamental da despesa do exercício de 2017 fixou-se em 36.631.713,60 €. Os valores dos últimos cinco anos, constam do quadro e do gráfico seguinte:

ORÇAMENTO - RECEITA TOTAL	
2013	44.550.885,98 €
2014	35.173.075,89 €
2015	33.578.636,95 €
2016	40.708.140,38 €
2017	36.631.713,60 €

Quadro 8 – Receita (€)

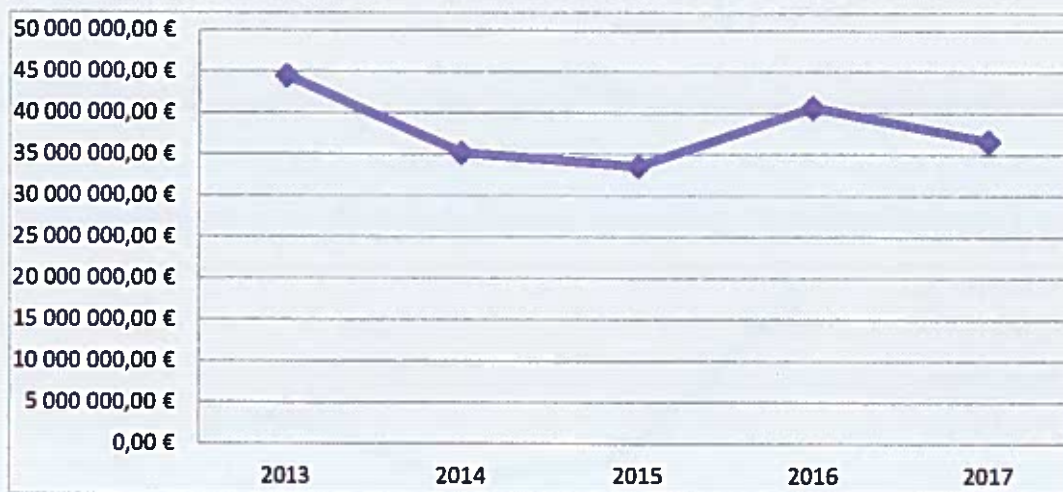


Gráfico 7 – Evolução Receita (€)

Constata-se que em 2017 houve um decréscimo da receita de 4.076.426,78 €, face ao ano anterior, o que, contudo, face à política de gestão adotada pelo executivo, não impediu que se continuasse a apostar fortemente no investimento.



Em 2017, a estruturação da receita corrente e de capital foi enquadrada nas diferentes rubricas e da seguinte forma:

RUBRICAS DA RECEITA		VALOR (€)	%
01	Impostos diretos	9.077.061,77	24,78%
02	Impostos indiretos	343.039,08	0,94%
04	Taxas, multas e outras penalidades	218.627,81	0,60%
05	Rendimentos da propriedade	379.098,93	1,03%
06	Transferências correntes	17.841.609,85	48,71%
07	Venda de bens e serviços correntes	4.079.536,50	11,14%
08	Outras receitas correntes	195.579,27	0,53%
09	Venda de bens de investimento	1.578.017,45	4,31%
10	Transferências de capital	2.729.403,93	7,45%
13	Outras receitas de capital	25.065,65	0,07%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	164.673,36	0,45%

Quadro 9 – Receita por Rubrica

As rubricas Impostos Diretos, Transferências Correntes, Venda de bens e serviços correntes e Transferências de Capital foram os pilares essenciais que sustentaram o orçamento de Receita do ano 2017, representando no conjunto 92,08%.

As receitas correntes representaram 81,66% do total da Receita. A evolução das receitas correntes, no último quinquénio, consta do quadro seguinte:



ORÇAMENTO - RECEITA CORRENTE	
2013	30.083.453,00 €
2014	31.588.433,00 €
2015	30.455.034,00 €
2016	33.241.820,99 €
2017	32.134.553,21 €

Quadro 10 – Receita Corrente (€)

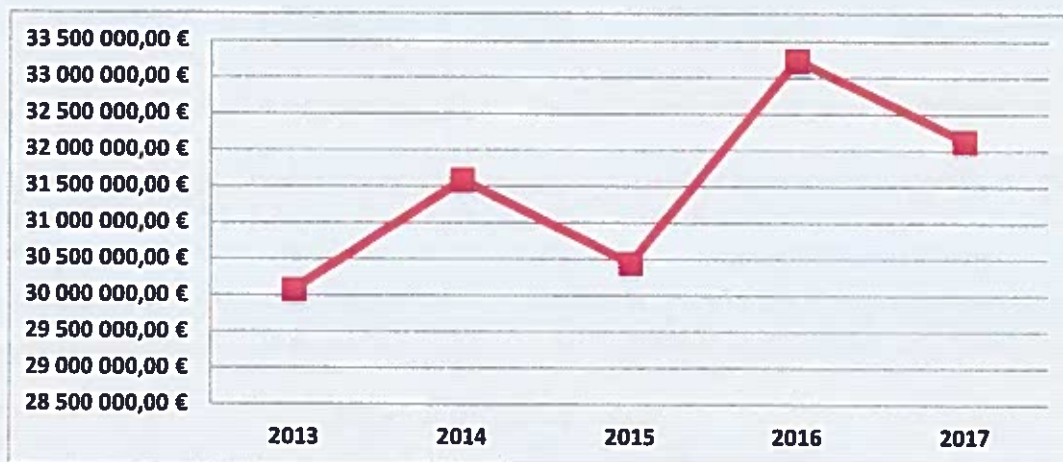


Gráfico 8 – Evolução Receita Corrente (€)

Tem-se assistido, nos últimos anos, a um aumento da Receitas Correntes, em resultado de novas competências que o Município tem assumido, nomeadamente na área da Educação e da Cultura, contudo no ano 2017 verificou-se um pequeno decréscimo de 3,3%, resultante essencialmente da redução da receita de impostos diretos e indiretos e dos rendimentos de propriedade, neste ultimo principalmente pela redução das taxas de juro dos depósitos a prazo.



Verifica-se uma importância estrutural das receitas relativas a Impostos Diretos e Transferências Correntes, nomeadamente do Fundo de Equilíbrio Financeiro, do Fundo Social Municipal, Participação Fixa do IRS e Outras.

No ano de 2017, as receitas de capital apenas representaram 11,83% do total das receitas, comparativamente às despesas de capital que representam 46,92% do total da despesa, o que demonstra o esforço que tem sido feito na canalização de recursos para investimentos no Concelho:

ORÇAMENTO - RECEITA CAPITAL	
2013	14.328.205,97 €
2014	3.488.429,90 €
2015	3.037.002,40 €
2016	7.433.191,23 €
2017	4.332.487,03 €

Quadro 11 – Receita de Capital (€)

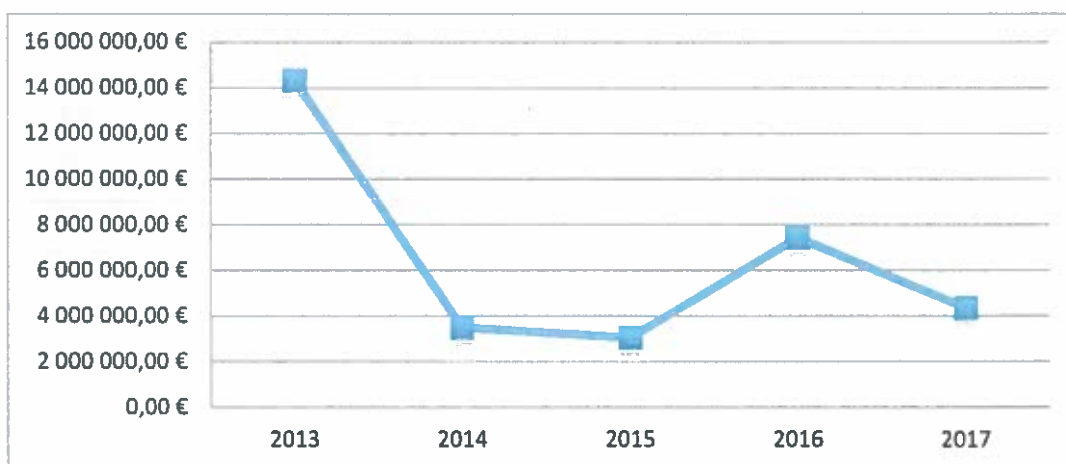


Gráfico 9 – Evolução Receitas de Capital (€)



Na relação entre despesas e receitas e considerando os rácios a seguir apresentados, evidencia-se que as receitas de capital sustentaram, em 2017, apenas 24,19% do investimento efetuado, pelo que o restante foi conseguido com a afetação de receitas correntes.

RÁCIOS (Receita / Despesa)	2013	2014	2015	2016	2017
Receitas Correntes	148,06	174,37	166,54	176,62	158,61
Despesas Correntes					
Receitas de Capital	42,88	21,14	21,40	34,56	24,19
Despesas de Capital					

Quadro 12 – Rácios Receitas / Despesas (%)

1.6 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da execução orçamental do Município de Castelo Branco, desde 2013.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	2013	2014	2015	2016	2017
Despesas Correntes	86,99	79,51	84,99	91,40	92,83
Despesas de Capital	61,02	42,48	56,31	75,37	68,41
Despesa - Geral	68,71	56,17	69,52	82,09	79,51
Receitas Correntes	88,72	96,48	85,38	90,49	88,10
Receitas de Capital	37,20	12,58	31,33	60,69	49,98
Receitas - Geral	64,65	58,79	74,45	82,86	80,96

Quadro 13 – Execução Orçamental (%)



Partindo de um Orçamento muito realista e com projetos muito bem definidos, a execução em 2017 apresenta valores de execução muito satisfatórios, garantindo uma execução em linha com os anos anteriores e de acordo com a política definida pelo executivo.

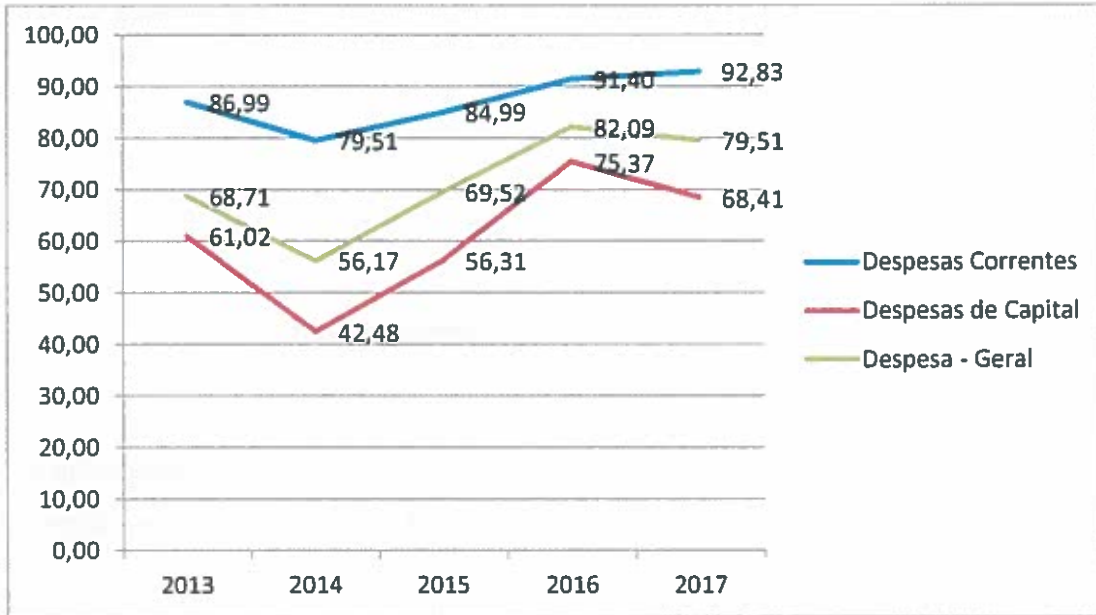


Gráfico 10 – Execução Orçamental - Despesa

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'HL' and 'CD' visible.]

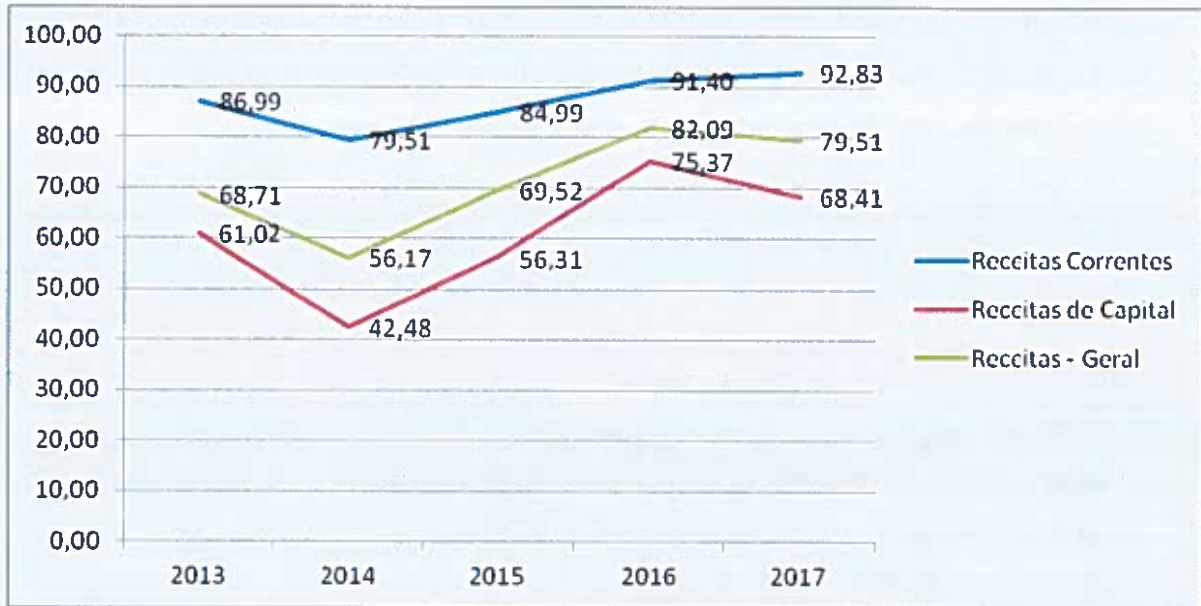


Gráfico 11 – Execução Orçamental - Receita

É de realçar que:

- Em termos de Despesas de Capital, a execução de 68,41% reflete o intenso investimento que ocorreu em 2017, nomeadamente ao nível do investimento diretamente desenvolvido pela Autarquia, apesar da redução das receitas de capital;
- Em termos de Despesa Total/Geral, a execução de 79,51% representa uma enorme capacidade de concretização das atividades previstas em Orçamento;
- Em termos de Receita Total/Geral, foi obtida uma taxa de execução de 80,96%, o que representa um bom desempenho em termos de execução global da receita.

1.7 – ANÁLISE DA EXECUÇÃO ANUAL DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

O valor executado ao nível das Grandes Opções do Plano no exercício de 2017 fixou-se em **23.826.493,99 €**, refletindo uma execução de 73,89%. Os valores dos últimos cinco anos, constam do quadro e do gráfico seguinte:

EXECUÇÃO - GRANDES OPÇÕES DO PLANO				
2013	2014	2015	2016	2017
62,77%	45,30%	60,99%	78,24%	73,89%

Quadro 14 – Execução - Grandes Opções do Plano

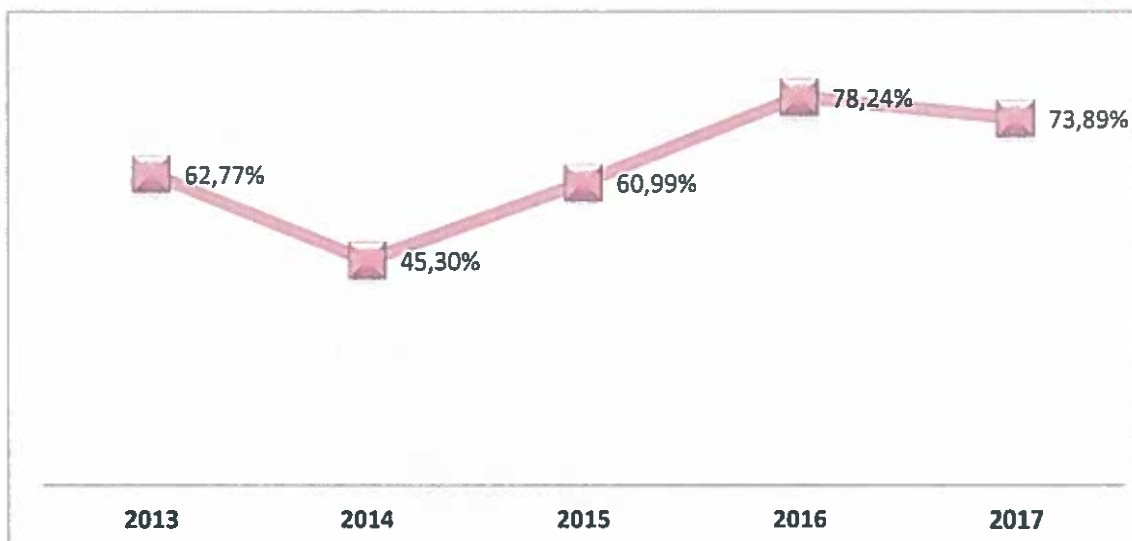


Gráfico 12 – Execução - Grandes Opções do Plano

O valor executado e respetivas taxas de execução dos diferentes objetivos que representam as Grandes Opções do Plano estão representadas nos gráficos seguintes:

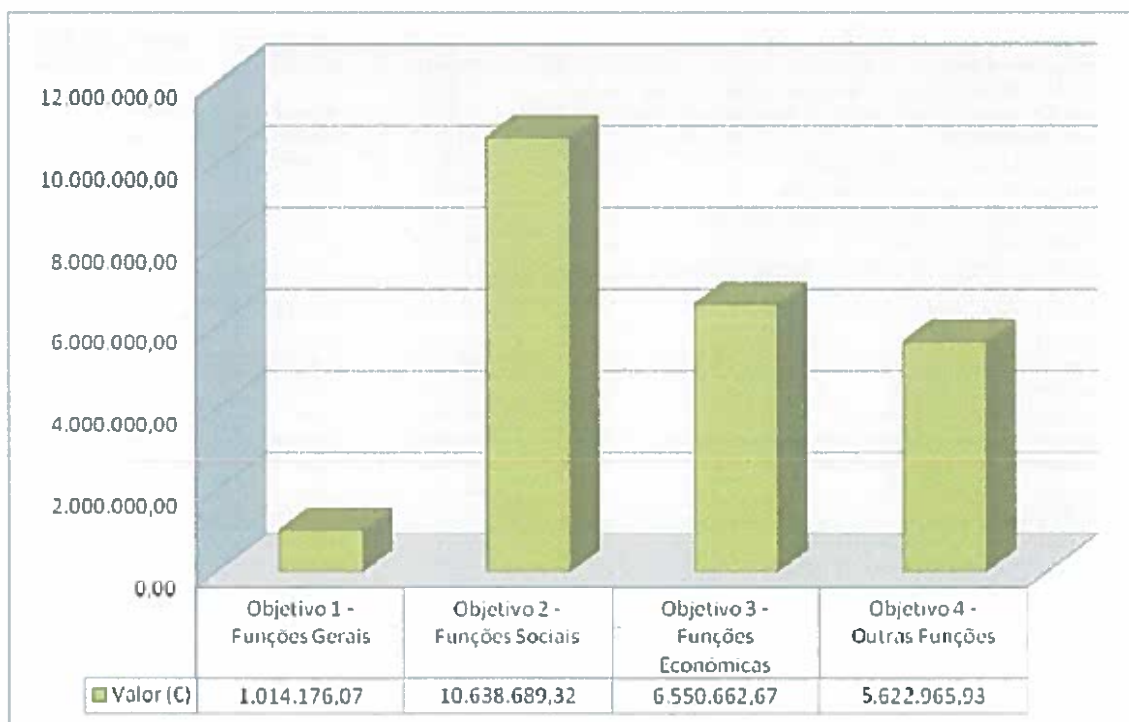


Gráfico 13 – Objetivos - Grandes Opções do Plano



Gráfico 14 – Objetivos - Grandes Opções do Plano – Taxa Execução

As Grandes Opções do Plano subdividem em Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Atividades Mais Relevantes (AMR), registando os seguintes valores:

OBJETIVOS/FUNÇÕES	PPI	AMR	Total GOP	%
Objetivo 1 - Funções Gerais	652 176,07	362 000,00	1 014 176,07	4,26%
Programa 001 - Serviços Gerais da Administração Pública - Administração Geral	574 909,01	0,00	574 909,01	2,41%
Programa 003 - Segurança Ordem Pública - Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	77 267,06	362 000,00	439 267,06	1,84%
Objetivo 2 - Funções Sociais	8 513 210,06	2 125 479,26	10 638 689,32	44,85%
Programa 001 - Educação - Ensino não Superior	1 261 540,71	278 899,21	1 540 439,92	6,47%
Programa 003 - Saúde - Segurança e Ação Social	324 678,57	346 021,95	670 700,52	2,81%
Programa 004 - Habitação e Serviços Colectivos - Habitação	67 039,86	0,00	67 039,86	0,28%
Programa 005 - Ordenamento do Território	4 375 731,44	0,00	4 375 731,44	18,36%
Programa 009 - Protecção Meio Ambiente e Protecção da Natureza	740 692,92	0,00	740 692,92	3,11%
Programa 010 - Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	389 306,54	74 752,24	464 058,78	1,95%
Programa 011 - Desporto Recreio e Lazer	1 091 709,56	1 301 846,06	2 393 555,62	10,05%
Programa 012 - Outras Atividades Cívicas e Religiosas	263 106,16	123 959,80	387 065,96	1,62%
Objetivo 3 - Funções Económicas	5 532 947,71	1 017 714,96	6 550 662,67	27,48%
Programa 001 - Indústria e Energia	272 719,64	0,00	272 719,64	1,14%
Programa 003 - Transportes Rodoviários	1 893 637,18	0,00	1 893 637,18	7,95%
Programa 004 - Comércio e Turismo - Mercados e Feiras / Turismo	1 093 983,19	1 017 714,96	2 111 698,15	8,86%
Programa 005 - Outras Funções Económicas	1 828 938,51	0,00	1 828 938,51	7,68%
Programa 006 - Transportes Aéreos	443 749,19	0,00	443 749,19	1,86%
Objetivo 4 - Outras Funções	0,00	5 622 965,93	5 622 965,93	23,60%
Programa 001 - Operações da Dívida Autárquica	0,00	983 228,98	983 228,98	4,13%
Programa 002 - Transferências entre Administrações	0,00	687 786,11	687 786,11	2,89%
Programa 003 - Diversos não especificados	0,00	3 951 950,84	3 951 950,84	16,59%
TOTAL	14 696 333,84	9 128 160,15	23 824 493,99	100%

Quadro 15 – Grandes Opções do Plano (PPI+AMR)



Em termos de decomposição das Grandes Opções do Plano em Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, constatamos uma execução de 68,89% e 83,66%, respetivamente.

Numa análise mais detalhada ao Plano Plurianual de Investimentos, podemos constatar a boa taxa de execução no quadro seguinte, que reflete a realidade dos últimos 5 anos:

EXECUÇÃO - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS				
2013	2014	2015	2016	2017
63,89%	32,89%	52,88%	76,12%	68,89%

Quadro 16 – Execução – Plano Plurianual de Investimentos

Na análise deste período, verifica-se que face a 2013 a taxa de execução de 2017 aumentou em cerca de 5%.

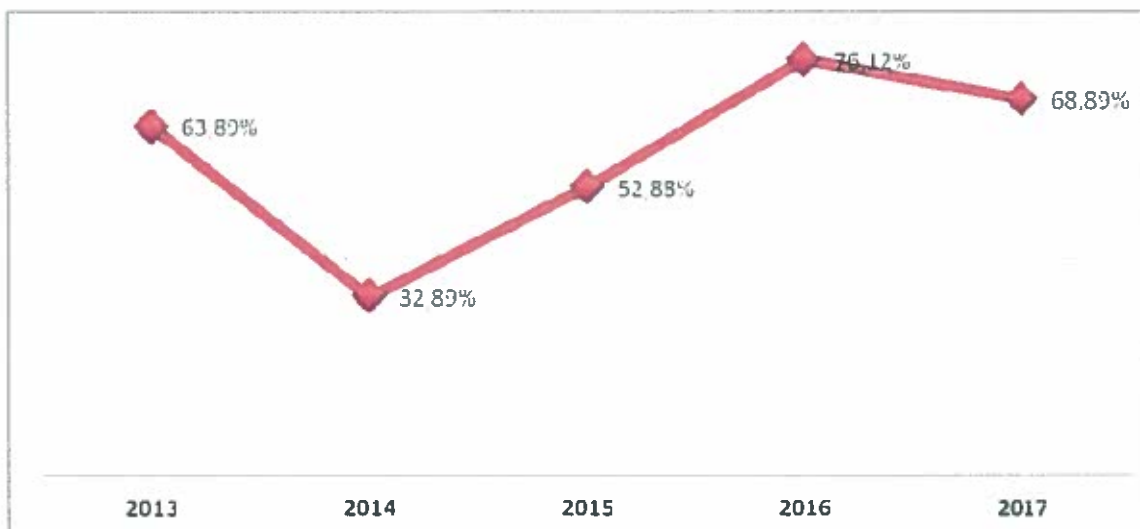


Gráfico 15 – Execução – Plano Plurianual de Investimentos

Da atividade municipal relativa ao ano de 2017, destacam-se as iniciativas que reputamos de maior significado, nas distintas funções autárquicas:



Funções Gerais

Serviços Gerais Administração Pública

- Aquisição de material informático e administrativo;

Segurança Ordem Pública Proteção Civil

- Transf. Entidades – Melhoria da eficácia, do ataque e da gestão de incêndios;

Funções Sociais

Educação – Ensino Não Superior

- Construção, conservação, reparação e melhoramentos de Escolas;
- Requalificação da Escola Secundária Nuno Álvares;
- Requalificação da Escola Secundária Amato Lusitano.

Saúde – Segurança e Ação Social

- Transferência de Capital para Instituições para construção de Centros de Dia e Centros Sociais no Município;
- Requalificação do Centro de Saúde de S. Tiago

Ordenamento do Território

- Aquisição de terrenos;
- Obras de Requalificação Urbana em Castelo Branco e nas Freguesias;
- Elaboração de Planos de Urbanização, de Pormenor e Estudos e Projetos;
- Conservação, Reparação e Melhoramentos em Edifícios e Equipamentos;
- Requalificação Urbana da Alameda do Cansado e da Rua Eng.º Duarte Pacheco;
- Requalificação Urbana da Área Envolvente à antiga Empresa Metalúrgica de Castelo Branco;



Proteção do Meio Ambiente e Proteção da Natureza

- Construção, melhoramentos e conservação de parques e jardins e outros espaços ajardinados;
- Requalificação e Valorização Ambiental do Barrocal;

Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos

- Aquisição, mobiliário, maquinaria e equipamentos para instalações culturais;
- Requalificação do Ex-edifício da Biblioteca para Museu Oficina do Bordado de Castelo Branco;
- Beneficiação e Conservação do Complexo do Paço Episcopal de Castelo Branco e Edifício do Museu Tavares Proença Júnior;

Desporto, Recreio e Lazer

- Construção e conservação de instalações desportivas no Município;
- Construção e requalificação de Parques Infantis no Município;
- Requalificação de Piscinas Municipais;
- Novo Parque da Cidade na Quinta do Chínco;
- Transferência de Capital para apoio a Coletividades / Instituições;

Outras atividades cívicas e religiosas

- Obras de Conservação e Restauro do Património integrado da Igreja de São Miguel da Sé;
- Transferência de capital para recuperação de igrejas, capelas e espaços exteriores;

Funções Económicas

Indústria e Energia

- Infraestruturas na Área de Localização Empresarial;
- Conservação, Reparação e Melhoramentos nas Redes de Iluminação Pública Propriedade do Município;

Transporte Rodoviários



- ☑ Construção, reparação e melhoramento de estradas e caminhos municipais;
- ☑ Construção Conservação de Caminhos Rurais/Agrícolas e Florestais;
- ☑ Sinalização Viária no Município;;
- ☑ Requalificação da Ex EN18 entre Alcains e a Lardosa;
- ☑ Beneficiação e pavimentação do caminho rural de ligação entre a EM525 e o Lugar do Tripeiro;

Comércio e Turismo

- ☑ Adaptação de edifício Municipal para Centro de Criatividade;
- ☑ Reabilitação da Fábrica de Lanifícios "Corga" – Museu de Lanifícios;
- ☑ Adaptação da Casa Hipólito Raposo a Museu de Arte Sacra em São Vicente da Beira;
- ☑ Transferência de Capital para o INOVCLUSTER - Associação Cluster Agro-Industrial Centro;
- ☑ Realização de Feiras no Concelho;
- ☑ Feira Sabores de Perdição;

Outras Funções Económicas

- ☑ Conservação Reparação e Melhoramentos de Edifícios Propriedade do Município;
- ☑ Ampliação de Pavilhão Multiusos da Quinta Pires Marques;

Transportes Aéreos

- ☑ Construção do Aeródromo de Castelo Branco – Torre e Acessos

Para além dos Projetos claramente identificados nas Grandes Opções do Plano, o Executivo, no desenvolvimento da linha política que tem vindo a seguir, dinamizou um conjunto de iniciativas contemplando um alargado número de áreas de atuação, desde a Cultura, Educação, Economia, Apoio Social, Promoção, Modernização Administrativa, Ambiente, Comércio, Desporto e Lazer, Juventude, Mobilidade e Proteção Civil.



2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

2.1 - INDICADORES GERAIS DE ATIVIDADE

Os quadros seguintes referem-se a rácios de estrutura, gestão, investimento e produtividade que caracterizam o desenvolvimento das competências e atribuições da Autarquia, na prossecução do interesse público, com a satisfação das necessidades coletivas da comunidade, relacionadas com as funções gerais, sociais, económicas e outras, conferidas ao Município. A informação apresentada, desde 2013, permite avaliar a evolução registada no último quinquénio.

RÁCIOS DE ESTRUTURA (%)	2013	2014	2015	2016	2017
Impostos Diretos	27,02	26,80	28,89	28,47	28,25
Receitas Correntes					
Transferências Correntes	53,12	52,24	55,76	53,92	55,52
Receitas Correntes					
Transferências Capital	84,51	95,71	89,68	99,66	63,00
Receitas Capital					
Passivos Financeiros	18,23	37,69	179,54	73,15	22,69
Receitas de Capital					
Receitas Correntes	67,84	89,80	90,70	81,66	87,72
Receitas Totais					

Quadro 17 – Rácios de Estrutura



RÁCIOS DE GESTÃO (%)	2013	2014	2015	2016	2017
Despesas Correntes	67,23	57,35	60,05	56,62	63,05
Receitas Correntes					
Despesas de Capital					
Despesas de Capital	236,52	473,05	454,24	289,37	413,38
Receitas de Capital					
Despesas com o Pessoal					
Despesas com o Pessoal	22,09	22,31	22,12	20,37	21,47
Receitas Correntes					
Despesas com o Pessoal					
Despesas com o Pessoal	33,00	38,91	36,84	35,97	34,06
Despesas Correntes					

Quadro 18 – Rácios de Gestão

RÁCIOS DE INVESTIMENTO	2013	2014	2015	2016	2017
Investimentos	46,69	47,67	43,69	45,29	38,51
Despesa Total					
Investimentos					
Investimentos	454,00	294,00	253,00	325,53	261,96
População (Censos 2011) (x)					
Investimentos					
Investimentos	17 574	11 460	9 853	12 684	10 207
Área do Município (Km²) (xx)					

(x) - Euros/população residente (com base nos Censos)

(xx) – Euros/Km² (1440 Km² a área total do Município)

Quadro 19 – Rácios de Investimento



RÁCIOS DE PRODUTIVIDADE		2013	2014	2015	2016	2017
População (Censos 2011)	un.	142	146	148	149	144
Total de Funcionários						
<hr/>						
Despesas com o Pessoal	%	26,50	75,54	47,48	37,06	46,94
Investimentos						
<hr/>						
Investimentos	€	64 559	24 427	37 437	48 577	37 785
Total de Funcionários						
<hr/>						
Receita Total	€	113 650	92 076	88 598	108 266	94 169
Total de Funcionários						
<hr/>						
Despesas de Funcionamento	€	36 356	47 424	48 250	50 057	52 084
Total de Funcionários						

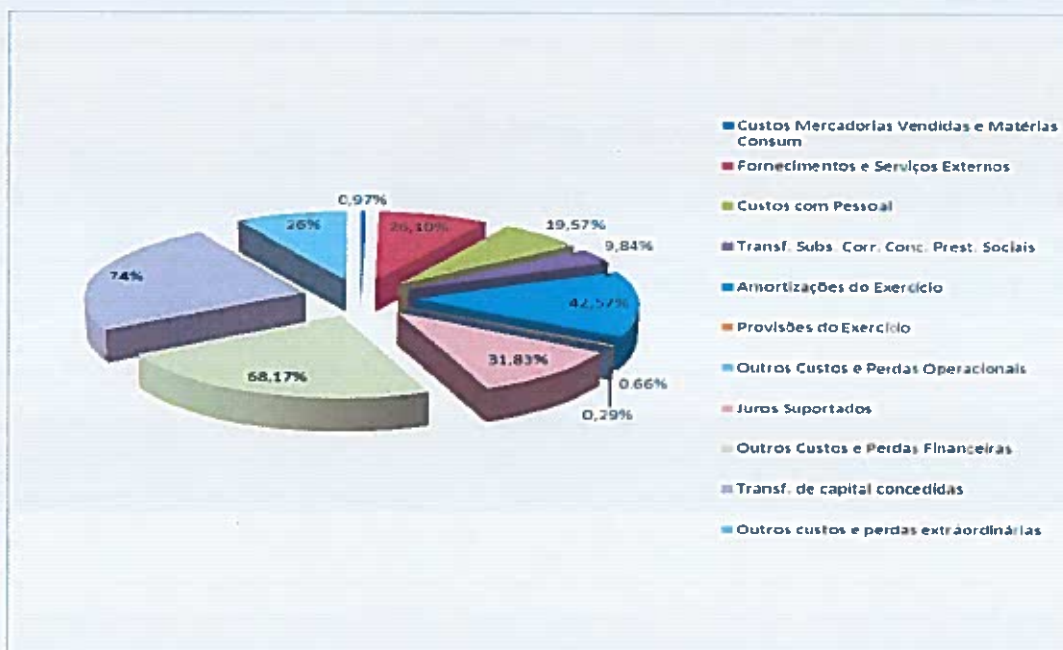
Quadro 20 – Rácios de Produtividade

2.2 - CUSTOS

No exercício de 2017, em termos de custos, destacam-se:

- Amortizações do exercício 15.125.972,32€
- Encargos com o pessoal 6.953.520,14 €
- Fornecimentos e serviços externos 9.272.882,81 €

CUSTOS E PERDAS	2017	
	VALOR	%
Custos Mercadorias Vendidas e Matérias Consum.	345 104,27	0,97%
Fornecimentos e Serviços Externos	9 272 882,81	26,10%
Custos com Pessoal	6 953 520,14	19,57%
Transf. Subs. Corr. Conc. Prest. Sociais	3 496 731,98	9,84%
Amortizações do Exercício	15 125 972,32	42,57%
Provisões do Exercício	233 039,49	0,66%
Outros Custos e Perdas Operacionais	102 517,38	0,29%
Total dos Custos Operacionais	35 529 768,39	100%
Juros Suportados	54 358,84	32%
Outros Custos e Perdas Financeiras	116 419,29	68%
Total dos Custos e Perdas Financeiras	170 778,13	100%
Transf. de capital concedidas	1 971 899,61	74%
Outros custos e perdas extraordinárias	691 574,98	26%
Total dos Custos e Perdas Extraordinárias	2 663 474,59	100%
Total	38 364 021,11	

Quadro 21 – Custos e Perdas

Gráfico 16 – Custos e Perdas



Em 2017 os custos totalizaram 38.364.021,11 €, salientando-se o acréscimo das amortizações do exercício em 1.135.359,36 €, resultado do trabalho desenvolvido com vista á recuperação do imobilizado em curso da Câmara Municipal.

2.3 – PROVEITOS

Os proveitos do exercício de 2017 distribuíram-se, essencialmente, por:

- Transferências e subsídios 19.513.550,01€
- Impostos e taxas 9.327.697,58 €
- Vendas 3.203.834,66 €.

A repartição dos proveitos está evidenciada no mapa seguinte:

PROVEITOS	2017	
	VALOR	%
Vendas de Produtos	3 203 834,66	9,23%
Prestações de Serviços	8 166,28	0,02%
Impostos e taxas	9 327 697,58	26,86%
Proveitos Suplementares	2 671 267,85	7,69%
Transferências e subsídios obtidos	19 513 550,01	56,20%
Outros Proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00%
Total dos proveitos operacionais	34 724 516,38	100%
Total dos proveitos e ganhos financeiros	666 761,52	100%
Redução de Provisões	246 267,81	4,85%
Outros proveitos e ganhos extraordinários	4 831 274,73	95,15%
Total dos proveitos e ganhos extraordinário	5 077 542,54	100%
Total dos proveitos	40 468 820,44	

Quadro 22 – Proveitos

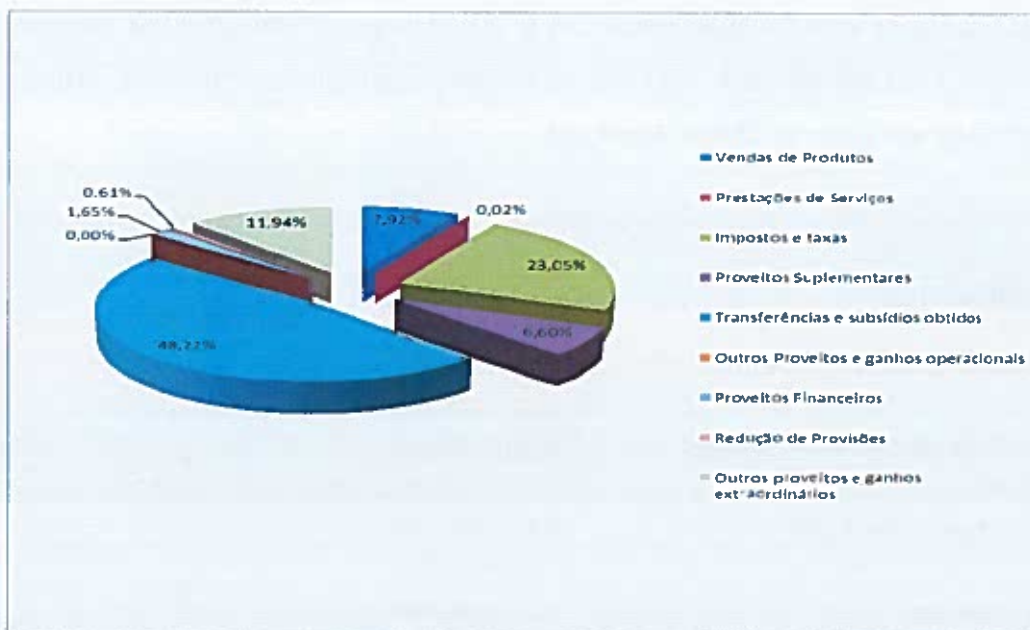


Gráfico 17 – Proveitos

Verifica-se que ao nível dos proveitos a Câmara Municipal atingiu um total de **40.468.820,44 €**, dos quais se destacamos as transferências e subsídios os impostos e taxas e as vendas de produtos.

2.4– RESULTADOS

Do exercício de 2017 foi apurado um resultado líquido positivo no valor de **2.104.799,33 €**.

2.5 – ANÁLISE FINANCEIRA

Considerando a elaboração do Balanço, da Demonstração de Resultados e do respetivo anexo, torna-se possível uma análise mais circunstanciada da situação financeira do Município de Castelo Branco, em 31 de dezembro de 2017, com base nos indicadores e nos rácios económicos e financeiros que se apresentam a seguir.



		2013	2014	2015	2016	2017
LIQUIDEZ GERAL	Ativo Circulante	73,03	14,09	17,04	51,15	16,26
	Exigível C.P.					
SOLVABILIDADE						
SOLVABILIDADE	Recursos Próprios	19,41	18,38	20,58	35,13	55,08
	Recursos Alheios					
ENDIVIDAMENTO						
ENDIVIDAMENTO	Passivo	3,31%	3,56%	3,02%	1,92%	1,45%
	Ativo Líquido * 100					
AUTONOMIA FINANCEIRA						
AUTONOMIA FINANCEIRA	Fundos Próprios	60,19%	60,33%	62,14%	67,41%	80%
	Ativo					
COBERTURA ATIVO						
COBERTURA ATIVO	Ativo	29,66	28,12	45,18	52,12	68,99
	Passivo					
DEPENDÊNCIA DOS EMPRÉSTIMO M/L PRAZO						
DEPENDÊNCIA DOS EMPRÉSTIMO M/L PRAZO	Empréstimos ML prazo	3,02%	2,15%	1,57%	1,46%	1,05%
	Ativo					
IMOBILIZADO / ATIVO		90,61%	90,55%	92,72%	91,61%	93,44%

Quadro 23 – Rácios Económico-Financeiro

2.6 – ENDIVIDAMENTO

A evolução das dívidas a terceiros e de terceiros, de curto, de médio e longo prazo, nos últimos 5 anos, encontra-se perfeitamente identificada nos quadros seguintes, e resulta essencialmente dos investimentos realizados, ou em curso, e dos empréstimos contratados, visados, utilizados e ainda não utilizados.

A capacidade legal de endividamento do Município de Castelo Branco encontra-se num nível razoável e não constitui um fator impeditivo do normal desenvolvimento das atividades municipais, tendo em conta as capacidades económicas, financeiras e de endividamento da Autarquia.



2.6.1– CAPACIDADE LEGAL DE ENDIVIDAMENTO

O Município de Castelo Branco dispõe de capacidade de endividamento junto das instituições bancárias, respeitando a legislação em vigor, em matéria de endividamento das autarquias locais.

O limite da dívida total para o 2017 é 47.642.644,75 €, registando o Município de Castelo Branco, no início do ano uma margem de 39.350.321,16 €, conforme evidenciado no ponto 4 do relatório.

Nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 52º da Lei 73/2013 o Município pode aumentar em cada exercício o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada ano, pelo que para o ano 2017 corresponde a 7.870.064,23 €.

2.6.2– DÍVIDA A TERCEIROS – CURTO PRAZO

DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO	
31/12/2013	405 003,28 €
31/12/2014	2 105 923,15 €
31/12/2015	1 868 915,00 €
31/12/2016	611 101,17 €
31/12/2017	1 808 340,71 €

Quadro 24 – Dividas a Terceiros – Curto

A dívida em 31/12/2017, do Município de Castelo Branco a terceiros, a curto prazo, registou a evolução evidenciada no quadro acima. A principal componente da dívida a terceiros de curto prazo diz respeito à ao montante das amortizações dos Empréstimos de M/L Prazo a liquidar em 2018, no valor de 595.287,07 €.

Comparativamente com o ano 2016 verifica-se um aumento das dívidas de curto prazo em virtude da alteração do critério de mensuração dos empréstimos, sendo o valor a amortizar no ano seguinte considerado como dívida de Curto Prazo.



2.6.3 – DÍVIDA A TERCEIROS – MÉDIO E LONGO PRAZO

A dívida do Município de Castelo Branco a terceiros a médio e longo prazo, constante do balanço, é constituída por empréstimos contratados, os quais totalizavam 3.858.567,03 € em 31/12/2017, e ainda pela dívida ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), no valor de 824.194,87 € que se encontra por liquidar de acordo com as regras definidas por Lei, conforme consta no Balanço.

A dívida a médio e longo prazo, tendo em conta o valor utilizado dos empréstimos contratados e o valor do FAM, registou a evolução no último quinquénio como consta no quadro seguinte.

DIVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO PRAZO	
31/12/2013	9 309 245,00 €
31/12/2014	8 413 372,00 €
31/12/2015	6 763 391,00 €
31/12/2016	6 536 009,95 €
31/12/2017	4 682 761,90 €

Quadro 25 – Dividas a Terceiros – Médio Prazo

O valor efetivo da dívida decorre dos encargos resultantes dos compromissos relativos à amortização de financiamentos contratados e utilizados. Esta dívida resulta da utilização de empréstimos contraídos junto de instituições bancárias, a seguir identificadas, para a realização de investimentos cofinanciados pelos fundos comunitários: Caixa Geral de Depósitos, S.A.; Banco Português de Investimento, S.A.; Banco Totta & Açores, S.A., Agência para a Coesão e Desenvolvimento, IP (IFDR) e Novo Banco, S.A.

Salienta-se que no ano 2017 a Câmara Municipal reduziu a sua dívida com Empréstimos Bancários, no valor global de 983.228,98€.



2.6.4 – DÍVIDA DE TERCEIROS

A dívida de terceiros ao Município apresenta os valores que constam do quadro seguinte.

DIVIDAS DE TERCEIROS	
31/12/2013	983 365,25 €
31/12/2014	989 664,58 €
31/12/2015	1 110 371,22 €
31/12/2016	1 032 095,12 €
31/12/2017	575 400,92 €

Quadro 26 – Dividas de Terceiros Prazo



3. AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DA REGRA DO EQUÍLIBRIO

EMPRÉSTIMOS

Designação	Capital contraído	Capital em dívida a 01 de Janeiro de 2017	Capital em dívida a 31 de Dezembro de 2017	Vida útil dos contratos	Anos em Falta para o Final dos contratos	Amortização Média
Empréstimos Santander	1 530 310	126 529	33 784	15	1	102 021
Empréstimos Novo Banco	1 995 520	37 471	18 735	15	1	133 035
Empréstimos CGD	12 018 263	3 620 803	2 972 567	18	3	667 681
Empréstimos BPI	960 740	240 185	160 123	15	3	64 049
Empréstimos IFDR	1 636 724	1 412 094	1 268 645	24	8	68 197
TOTAIS	14 615 727	5 437 082	4 453 854			1 034 983

REGRA DO EQUILIBRIO

Apuramento do Cumprimento da Regra do Equilíbrio Financeiro	Valor
Amortização Média	1 034 983
Despesas Correntes Execução 31/12/2017	20 260 531
Sub-total	21 295 514
Recetas Correntes Execução 31/12/2017	32 134 553
Margem de Equilíbrio (Art.º 40 da Lei 73/2013)	10 839 039

Elaborado nos termos do n.º 2 do art.º 40 da Lei 73/2013

Quadro 27 – Regra do Equilíbrio

Nos termos do n.º 2 do artigo 40 da Lei 73/2013 de 3 de setembro, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

No mapa acima verifica-se que no ano 2017 a Câmara Municipal de Castelo Branco cumpriu a regra do equilíbrio tendo uma margem de **10.839.039 €**, acima do limite desta regra.



4. APURAMENTO DO LIMITE DA DÍVIDA TOTAL

Mapa de apuramento do Limite da Dívida Total a 31-12-2017

artigo 52º e 54º da Lei 73/2013 de 3 de setembro

Receita Corrente cobrada em 31/12/2014	68 156 534,00		
Receita Corrente cobrada em 31/12/2015	41 116 311,00		
Receita Corrente cobrada em 31/12/2016	43 986 088,00		
Total de receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 Anos			153 258 933,00
Média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos			51 086 311,00
1,5 vezes a média da receita líquida cobrada nos 3 últimos anos			76 629 466,50
Câmara Municipal de Castelo Branco			
221 Fornecedores conta corrente	23 642,73		
228 Fornecedor Faturas receção e conferência	581 750,03		
23 Empréstimos obtidos	4 453 854,10		
24 Estado e Outros Entes Públicos	92 571,58		
2611 Fornecedores de Imobilizado	498,80		
2618 Fornecedores de Imobilizado faturas receção e conferência	60 950,35		
2612 Fundo de Apoio Municipal	824 194,87		
Outros Devedores e Credores	453 640,15		
Total da dívida a terceiros (A)			6 491 102,61
Entidades Participadas		Partic. %	Contribuição para a dívida Bruta Municipal
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	625 367,76	100,00%	625 367,76
Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM, SA	139 923,32	100,00%	139 923,32
Terras da Beira Baixa - Sociedade de Desenvolvimento Agro-Industrial de Castelo Branco, EM, SA	19 718,62	96,00%	18 929,88
CATAA - Assoc. Centro Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco	1 957 609,96	94,00%	1 840 153,36
InovaPark - Centro Empresarial e Logístico de Castelo Branco, S.A.	4 166,10	25,00%	1 041,53
Contribuição SM/AM/SEL/Ent participadas para o total da dívida bruta municipal (B)			2 625 415,84
Dívida não orçamental e Fundo de Apoio Municipal (C)			1 490 406,03
Dívida total a 31/12/2017 excluindo operações orçamentais e FAM (A+B-C)			7 626 112,42
Capacidade de endividamento			
Limite da dívida total a 31/12/2017			76 629 466,50
Dívida total a 31/12/2017 excluindo operações orçamentais e FAM			7 626 112,42
Margem absoluta			69 003 354,08
Margem utilizável (20%) (Alínea b) do n.º 3 do art. 52 da Lei 73/2013			13 800 670,82



5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em conformidade com as demonstrações financeiras do ano 2016, o resultado líquido do exercício foi de **2.104.799,33 €**, valor que se encontra evidenciado tanto no Balanço como na Demonstração de Resultados.

Assim, nos termos do estipulado no ponto 2.7.3. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal propõe a seguinte aplicação de resultados:

1.º – Que o resultado líquido do exercício, no valor de **2.104.799,33 €**, seja transferido para a conta 59 – “Resultados Transitados”.

2.º – Que se constituam reservas legais, no montante de **105.239,97 €**, equivalente a 5% do resultado líquido do exercício.

3.º - Reforço da conta 51- Património, no valor de **1.999.559,36 €** em cumprimento do disposto no ponto 2.7.3.4 do POCAL.

Não se conhecem quaisquer factos relevantes, decorrentes da atividade desenvolvida no ano agora em análise, que possam vir a afetar as atividades do Município no ano de 2017.

Castelo Branco, 15 de abril de 2018

O Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco

Dr. Luís Correia

